

BANG, Peter Fibiger; BAYLY, C. A.; SCHEIDEL, Walter (2021). *The Oxford World History of Empire: Volume Two: The History of Empires*. Oxford: Oxford University Press, 1318 pp., ISBN 978-0-19-753276-8.

O interesse pela história dos fenômenos imperiais não tem esmorecido com o progressivo declínio da *Pax Americana* e o fim, mais do que anunciado, da ordem internacional unipolar, que vigora desde a queda do Muro de Berlim. Ao mesmo tempo, a invasão da Ucrânia pela Rússia está aqui para nos recordar que grandes entidades político-territoriais capazes de extrair e mobilizar recursos a grandes distâncias, de interferir militarmente fora da sua base territorial de origem e de exercer autoridade sobre milhões de pessoas pertencentes a comunidades que são cultural, religiosa e linguisticamente heterogêneas continuam a marcar a atualidade, e estão muito longe de ser um fenômeno do passado.

Com este pano de fundo, um projeto historiográfico de grande folego como é a *Oxford World History of Empire* não poderia ser mais oportuno. Dividido em dois volumes, esta extensíssima obra coletiva que reúne contribuições de mais de meia centena de acadêmicos das mais variadas áreas e especialidades, leva a cabo um aprofundadíssimo estudo dos fenômenos imperiais na longa duração (numa cronologia de cinco mil anos, desde a transição da Idade do Bronze para a do Ferro, até finais do século XX) e numa perspectiva comparativa e global.

Antes de avançar para a recensão do segundo volume propriamente dito, e para que o leitor desta recensão entenda como é que a articulação entre os dois volumes se processa, importa tornar claro o propósito deste projeto editorial e o seu enquadramento teórico-conceptual. Para tal, é necessário dedicar algumas linhas ao primeiro volume.

Ao logo dos quinze capítulos que o compõe, os conceitos chave são definidos (tomando de empréstimo o vocabulário da sociologia histórica e da ciência política) e as coordenadas teóricas são indicadas. Os editores não impuseram um enquadramento teórico de base para tornar as experiências imperiais inteligíveis, dando liberdade aos seus colaboradores para utilizarem, cada um, as teorias e debates académicos que mais lhe conviessem. Por trás desta decisão esteve a convicção dos editores (partilhada por este recenseador) de que os fenômenos de projeção imperial foram e são de tal forma multifacetados, que seria altamente redutor observá-los a partir de apenas uma única perspectiva totalizante e consensual, mesmo que esta opção se tradu-

za na perda de alguma coerência entre as várias contribuições que ambos os volumes reúnem. Por outro lado, é necessário reconhecer que a disparidade de conceitos e de abordagens seguidas nesta obra não é alheia ao facto do próprio campo historiográfico dos estudos imperiais não se ter ainda consolidado, e de ser ainda visto por muitos como uma área de investigação exploratória, e metodologicamente imprecisa.

Este projeto editorial debate-se, portanto, com uma tensão estrutural entre a especificidade e a generalização, ou seja, entre a preocupação de fazer jus à complexidade e ao carácter único e irrepetível das diferentes realidades históricas em análise, e, por outro, a ambição de extrair conclusões mais gerais e abstratas que transcendam espaços e tempos específicos, discernindo, assim, características e dinâmicas imperiais recorrentes na longa duração e à escala global. Fica, também, claro da leitura da obra que os seus editores e os seus colaboradores procuraram descentrar cronológica e geograficamente, ou “provincializar”, como se convencionou na gíria dos historiadores e cientistas sociais, os impérios ultramarinos Europeus dos últimos quinhentos anos, não fazendo deles o modelo através do qual se procura tornar inteligíveis toda e qualquer experiência imperial.

Como as considerações acima deixam antever, o primeiro volume tem uma abordagem mais macro, adotando uma grelha de inquérito que transcende as unidades de análise mais convencionais e estanques, e procurando destriçar as características estruturais e as dinâmicas chave da projeção imperial ao longo da história. Esta abordagem mais teórica orienta-se em torno de quatro eixos temáticos: 1) a monopolização de mercados, a extração de recursos e os custos de produção, ou seja, a relação entre império e capitalismo; 2) o império como um grande empreendimento aristocrático, impulsionado e apropriado por elites sociais e políticas com presença na corte e no centro político; 3) as ideologias imperiais e a formação de identidades; e 4) a competição entre Estados por territórios, pelos seus recursos económicos e pela capacidade de influenciar a vida de comunidades, que invariavelmente se traduziu em rivalidade militar.

Esta abordagem essencialmente teórica contrasta com a do segundo volume, que é inteiramente dedicado a estudos de caso bem demarcados geográfica e cronologicamente. Cada um dos seus quarenta e cinco capítulos coloca a experiência histórica de um certo império à lupa, mas não olha para eles de forma isolada. Todos os capítulos forneceram informações de base sobre o ciclo de vida e trajetória de cada império, localizam-no espacialmente e elucidam relativamente às suas características chave: instituições, estrutura económica, demografia e cultura (pelo menos da corte metropolitana e das

suas elites). Embora nenhum dos autores negue as especificidades e o caráter único e irrepetível dos seus casos de estudo, os impérios em questão são agrupados em *clusters*, de forma a permitir uma análise de conjunto de vários impérios simultaneamente e facilitar as comparações entre formações imperiais de tipologias distintas: a) a antiguidade Euroasiática e a América Pré-colombiana; b) os grandes impérios de ambição universalizante da Eurásia; c) os impérios comerciais e coloniais do Ocidente e a fase pós-colonial, que acabaram por subjugar os antigos impérios agrários da Ásia e engendraram dois séculos de uma ordem mundial liderada pela Europa Ocidental e as suas antigas extensões Norte Americanas. Por sua vez, a caracterização destes impérios também se desdobra noutras tipologias, algumas delas mais convencionais (mas nem por isso menos instrutivas): impérios agrários, impérios nómadas e impérios comerciais.

Da leitura dos vários capítulos da obra é possível identificar alguns padrões de convergência e pontos de contacto entre situações e contextos que à partida teriam muito pouco em comum, e que nunca se cruzaram no espaço e no tempo.

O primeiro a merecer destaque é a pré-condição para a eclosão dos primeiros impérios, que despontaram durante a Idade do Bronze e Ferro: uma pujante base agrária, casos do Crescente Fértil, e dos vales do Ganges e Yangtzé, a que se juntava uma série de centros urbanos, verdadeiros caldos de cultura para o comércio, alfabetização, burocratização, e consolidação de cultura aristocrática. Um segundo elemento a enfatizar são as experiências pioneiras dos impérios Persa-Aqueménia e do fugaz império de Alexandre o Grande, que inauguraram os grandes impérios “universalizantes” Euro-asiáticos, dos séculos que imediatamente antecederam e se seguiram ao ano zero da nossa Era, e que deram o mote para o governo dos Qin e Han, dos Kushanas a partir do Norte da Índia e Afeganistão, dos Partos que ascenderam no anterior centro nevrálgico do Império Aqueménida, e, claro do Império Romano. Com estes impérios ultrapassaram-se pela primeira vez na história as fronteiras do núcleo central original do Próximo e Médio Oriente e foram coladas vastas regiões da Europa e Ásia sob a égide do mesmo soberano supra-territorial.

Os coordenadores da obra e os seus colaboradores consideram que a distinção binária, ainda popular entre os académicos mais generalistas, entre impérios da antiguidade e da pré-modernidade e o colonialismo global dos últimos cinco a três séculos, que tem por base critérios como alcance geográfico, intensidade e velocidade de trocas, não é adequada. No seu entender, tal dicotomia é anacrónica e desajustada, uma vez que ignora os condicionamentos materiais e a disparidade de meios (tecnológicos,

económicos e institucionais) à disposição dos vários impérios. Apesar da exiguidade de meios e dos obstáculos intransponíveis com que se depararam dezenas de impérios ao longo de quatro milénios e meio, muitas das formações imperiais mais recuadas no tempo conseguiram impor o seu jugo durante vários séculos, ou seja, durante períodos bastante mais longos que os impérios mais recentes.

Alguns dos autores encontram diferenças de fundo noutros aspetos. Por exemplo, ao nível da ambição ecuménica e retórica inclusiva dos impérios “universalizantes” Euroasiáticos, que estaria ausente do repertório discursivo e da atuação dos impérios ultramarinos e coloniais. De acordo com vários autores que participaram na obra, os últimos tinham abandonado quaisquer pretensões de colocar toda a “humanidade”, entendida aqui como o “mundo conhecido” numa mesma comunidade de pertença, debaixo da autoridade preeminente de um mesmo governante, e partilhando a fé numa mesma divindade e sistema de crenças que superavam todas as diferenças linguísticas e culturais de base.

Uma das ideias mais interessantes, mas ao mesmo tempo mais problemáticas da obra, é a de que a Reforma Luterana pôs fim à inspiração ecuménica dos impérios euroasiáticos. Uma das implicações desta ideia, é colocar os historiadores perante o problema de saber o que fazer com a experiência imperial das monarquias ibéricas, visto que estas tinham uma clara ambição proselitista e ecuménica (de matriz católica). Ao contrário do que é afirmado na obra, houve pelo menos dois impérios, ditos Europeus coloniais da época moderna, a ter o seu momento “Políbico”¹. Enfatizar uma ideologia ecuménica como uma diferença de fundo entre os impérios Euroasiáticos da antiguidade e a expansão ultramarina e imperialismo colonial Europeu parece-me problemático a diversos níveis, um dos quais é o apresentar o império português e espanhol dos séculos XVI a XVIII como uma relíquia de formas de projeção imperial há muito desaparecidas. Por outro lado, desvaloriza-se a influência que estes tiveram no arranque e constituição de impérios ultramarinos subsequentes, que são habitualmente descritos como sendo mais avançados (económica, institucional e tecnologicamente), casos do Neerlandês ou Britânico.

Outro elemento recorrente na história dos impérios, que transcende geografias e cronologias específicas, é a evidência de que a autoridade imperial se consolida e perdura por meio da negociação com a cooptação de poderes

¹ “In contrast to these latter polities, European colonial empires never enjoyed a Polybian moment where, in ecumenic fashion, they could suspend competition and swallow their neighbours. On the contrary, they were the heirs to the Reformation of the sixteenth century that finally destroyed the ecumenic aspirations, surviving from antiquity, and locked their metropolitan centers into competitive and destabilizing struggle”, p. 245.

fáticos ao nível regional e local (“*compulsory cooperation*”, p. 49), e da reapropriação de instituições locais (que em muitos casos não são substituídas pelo ordenamento jurídico do ocupante). Ou seja, a soberania imperial foi frequentemente policêntrica e tinha invariavelmente uma componente de governação indireta e delegada, que podia ser mais ou menos pronunciada dependendo dos contextos. Tal significava que as elites provinciais retinham uma autonomia significativa para a condução dos destinos das regiões onde estavam implantadas e capacidade de influenciar a implementação das políticas gizadas no centro político. Por outro lado, da leitura de uma miríade de casos de estudo, é possível depreender que não poucas vezes a erosão da autoridade preeminente de uma metrópole é acelerada quando deixa de ser possível alinhar os interesses e harmonizar as aspirações, tantas vezes contrastantes, das elites do centro político (metropolitano) e das províncias. Peter Bang, um dos editores da obra, considera este o “paradoxo duradouro” do imperialismo.

Nesta obra evita-se colocar a discussão em termos de relações binárias, e invariavelmente redutoras, de dominadores e dominados que estavam condenados pela dinâmica da história a uma luta sem tréguas. O indiscutível potencial para o conflito e para dissensão interna no seio dos impérios tem de ser visto como sendo despoletado por condições particulares e específicas, e não como uma inevitabilidade.

Esta leitura dos fenómenos imperiais – como estando assentes na negociação – reflete o entendimento das interações entre súbditos e governantes, e a agência de grupos autóctones nas regiões sob jugo imperial, que se popularizou nos círculos académicos nas décadas de 60 e 70, o período que coincidiu com a ressaca dos processos de descolonização. Nestes anos os historiadores e cientistas sociais foram confrontados com as vicissitudes dos processos políticos nos Estados recém-independentes, que deixaram bem patentes as profundas fraturas internas, às quais o colonialismo não era alheio – muito pelo contrário – mas que a luta pela autodeterminação e o reconhecimento do estatuto de Estado-Nação não haviam solucionado. A renovação historiográfica, em parte resultante do *cultural turn* e do pós-modernismo (duas correntes nas quais este volume não se inspirou, mas às quais seria impossível estar totalmente alheio), trouxe bastante mais nuance e sofisticação à reconstrução da teia de lealdades, identidades, motivações e nos meios de as articular e na sua prossecução entre elites.

Mas enquanto este segundo volume reconhece as dificuldades dos impérios em exercer um controlo musculado a partir do centro político, a dimensão extractivista e coerciva dos poderes imperiais (antes e depois do advento

do colonialismo Europeu) não é de forma alguma minimizada. O potencial desagregador do tecido social das comunidades sob o seu jugo, de destruição de vidas humanas e de ecossistemas não é menosprezado. Mesmo nos casos de impérios que usavam a violência e repressão de forma mais cirúrgica (fosse por convicção ou por incapacidade de levar a cabo campanhas de repressão em larga escala), atos de grande crueldade e brutalidade eram periodicamente levados a cabo com o intuito de aterrorizar e dessa forma dissuadir a resistência e oposição organizada.

A obra dá grande destaque aos grupos intermédios da hierarquia sociopolítica dos impérios, dado que os editores entendem os fenómenos imperiais como assentando na partilha do poder político e do capital económico e simbólico pelas elites regionais. Uma das desvantagens desta abordagem é a menor atenção que acaba por ser prestada aos grupos subalternos e a ausência de visões a “partir de baixo” (*from below*). Talvez mais pudesse ter sido dito sobre a agência dos estratos populares e grupos subalternos que eram governados no quotidiano pelas elites que eram trazidas para o sistema de poder e patrocínio e para o organigrama político-administrativo do império.

Da leitura integral do segundo volume, o leitor pode aspirar a uma visão geral desde as suas mais antigas manifestações até à viragem do segundo milénio após o nascimento de Cristo. Quem não quiser ler o volume na íntegra e não fizer tensões de passar os olhos pelo primeiro volume, está bem servido de sínteses atualizadas que sumariam as principais características, trajetórias e impactos dos impérios que mais lhe interessem, e que são um bom ponto de partida para leituras mais especializadas. Alguns capítulos vão mais longe que outros nas análises que levam a cabo, uns adotando abordagens mais convencionais, ao passo que outros levam a cabo exercícios comparativos bastante estimulantes e que merecem ser aprofundados em projetos de investigação, artigos de revistas científicas e livros futuros. Bons exemplos destas abordagens mais arrojadas são o capítulo dedicado ao Império Romano, por Peter Fibiger Bang, que é analisado “de fora”, a partir das reflexões em torno da instituição do Califado feitas no século XIV por Ibn Caldun, e pelo famoso parlamentar e politólogo conservador do século XVIII, Edmund Burke, sobre as extensões ultramarinas da monarquia britânica. Ou, também o capítulo de Daniel Hedinger e Moritz von Brescius, no qual dois dos poderes do Eixo, o III Reich e o império Japonês são observados numa perspetiva transnacional, comparativa e conectada, que revela como estas duas unidades político-territoriais se inspiraram uma na outra, e com as suas semelhanças e diferenças, mudaram as regras do jogo do imperialismo e do colonialismo na década que antecedeu e durante a II Guerra Mundial.

A título de conclusão, esta obra, e o seu segundo volume em particular, trata-se de um projeto editorial ambicioso, quase enciclopédico, que recorre a uma multiplicidade de teorias e enfoques de análise. Pode dizer-se que a obra encontra a sua coerência e coesão na diversidade e na complementaridade de abordagens e interpretações – até porque há uma linha orientadora de temas e questões que todas as contribuições seguem, mesmo se as premissas teóricas e as apreciações dos autores variem. *Oxford World History of Empire* será extremamente útil para estudantes de mestrado e de doutoramento, que procurem uma síntese atualizada e sugestões de leitura para aprofundar o seu conhecimento sobre alguns destes impérios. Interessará, também, a académicos em fases mais adiantadas da carreira, em particular aqueles que tenham interesse por formas transnacionais e conectadas de escrever História.

EDGAR PEREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
epereira@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8547-6777>